

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaques: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Folha de S. Paulo

[Título: Ministro faz pressão por obra em terra indígena](#) 5

O Estado de S. Paulo

[Título: Bertin coleciona litígios com credores e sócios](#) 8

Correio Braziliense

[Título: Corte de imposto ganha viés eleitora](#) 13

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Perspectiva positiva para os papéis da Petrobras 2	
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Teste de fogo para o Cade 4	
Título: Ministro faz pressão por obra em terra indígena 5	
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Bertin coleciona litígios com credores e sócios 8	
Título: RenovaBio ainda enfrenta divergência quanto a metas..... 10	
Título: Qual é o papel das empresas estatais?..... 11	
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Corte de imposto ganha viés eleitora 13	
Título: Petrobras com lucro..... 14	
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Governo corre para deslanchar concessão do PPI em junho 16	

Título: Recente alta do petróleo não traz alívio à economia da Venezuela	17
Título: Destaques	19
Título: Curtas	20
Título: CVM apura denúncia de minoritário da CSN	20
Título: Neoenergia critica desequilíbrio na disputa com Enel	22

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Perspectiva positiva para os papéis da Petrobras

Valorização no ano chega a 78%, mas analistas alertam para volatilidade até as eleições

SÃO PAULO - As ações da Petrobras acumulam alta superior a 60% no ano, graças à valorização do petróleo no mercado externo e aos efeitos da reestruturação da empresa. Este mês, a estatal voltou a superar a Ambev em valor de mercado. A perspectiva para os papéis ainda é positiva, mas especialistas alertam que esse é um investimento de médio e longo prazos, já que as eleições levarão volatilidade ao mercado. As ações preferenciais (PN, sem direito a voto) da estatal têm valorização de 59,3% no ano, e as ordinárias (ON, com voto), de 78,3%. No mesmo período, a alta do Ibovespa, índice de referência da Bolsa, é de apenas 8,7%. Hoje, os papéis estão muito acima do patamar registrado no início de 2016, quando a cotação do barril do petróleo havia caído a cerca de US\$ 20 — agora está perto dos US\$ 80 —, e temia-se que a Petrobras precisasse de uma capitalização, dado o tamanho de sua dívida.

Marco Saravalle, analista da XP Investimentos, lembra que, nos últimos pregões, as ações da estatal sofreram forte variação devido à incerteza da negociação sobre a cessão onerosa, mecanismo pelo qual a empresa terá direito a explorar cinco bilhões de barris de petróleo da camada pré-sal. Mas ele ressalta que isso não tira a atratividade do papel. — Tivemos uma volatilidade maior na semana passada. Mas, com o petróleo nesse nível e a metodologia de reajuste de preços

adotada pela Petrobras, a empresa deve continuar apresentando bons resultados. Ela vai ter caixa maior e, com isso, reduzir sua dívida. A percepção de risco em relação à empresa está menor também — explica Saravalle. No primeiro trimestre, a Petrobras teve lucro de R\$ 6,961 bilhões, alta de 56% frente a igual período de 2017. A empresa também tem vendido ativos, o que ajudou a reduzir a dívida, que era de R\$ 270,7 bilhões em março — 75% atrelados ao dólar. A expectativa é de melhora constante dos resultados, à medida que o endividamento caia.

VOLTA AO PATAMAR DE 2010

A perspectiva de médio e longo prazos é positiva, mas Saravalle lembra que, por se tratar de uma empresa cujos preços estão atrelados a uma commodity, a volatilidade é maior. E ficará mais intensa no período eleitoral. — Estamos perto de uma eleição, e nem o nome dos candidatos está definido. Além disso, a Petrobras é uma ação ligada a commodities. O investidor que comprá-la precisa ter um perfil que aceite mais risco. De qualquer forma, o momento operacional da estatal e do preço do petróleo ajudam — avalia Saravalle. Mas, com a melhora dos resultados, a estatal anunciou no início do mês a distribuição de R\$ 652,2 milhões aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio (JCP), sujeitos a 15% de Imposto de Renda (IR). Apesar do volume baixo, o pagamento foi visto como um sinal positivo, de que a empresa, com uma geração de caixa melhor, voltará a distribuir dividendos — atrelados ao lucro e isentos de IR.

— O grande marco da empresa foi mudar sua política de preços, acompanhando a cotação do petróleo. Isso deu previsibilidade ao caixa da estatal. Agora, começa a remunerar o investidor, o que é positivo — diz Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial Research. Com a valorização deste ano, as ações da Petrobras voltaram ao patamar de setembro de 2010, quando foi feita a megacapitalização para levantar recursos para a exploração do pré-sal — a oferta chegou a R\$ 120,3 bilhões, a maior feita por uma empresa brasileira no mercado. Na ocasião, os papéis PN foram ofertados a R\$ 26,30, e os ON, a R\$ 29,65. Mas especialistas lembram que essa comparação não considera a inflação acumulada no período, em torno de 60% pelo IPCA. Ou seja, ainda há um longo caminho à frente. Para quem passou a investir na Petrobras no início de 2016, quando as ações afundaram, o ganho é muito maior. Na ocasião, as PN chegaram a R\$ 4,20, e as ON, a R\$ 5,93.

Apesar do cenário positivo, a Petrobras não deve escapar do “kit eleições” — composto pelos papéis mais afetados pelas pesquisas eleitorais. O avanço da intenção de votos em candidatos pró-reformas, como a da Previdência, fará as ações subirem. Se isso não ocorrer, haverá queda. O kit inclui as demais estatais, como Eletrobrás e Banco do Brasil. — A Petrobras foi salva pela alta do

petróleo, mas agora terá de encarar uma maior volatilidade e ficará refém das pesquisas até as eleições — diz Tiago Reis, da Suno Research.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências/Debates

Autor: Gesner Oliveira

Título: Teste de fogo para o Cade

Conselho precisa avaliar caso Petrobras-UTE Cuiabá

Poucas vezes o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) esteve diante de tema tão impactante na economia. Trata-se da recusa da Petrobras em fornecer gás natural à Àmbar, proprietária da Usina Termelétrica de Cuiabá, sua concorrente no mercado de geração de energia termelétrica.

O preço da energia é importante fator de pressão inflacionária. Uma forma de contê-la é justamente a possibilidade de acionar térmicas mais baratas.

Em novembro do ano passado, o Operador Nacional do Sistema de energia elétrica, preocupado com a escalada dos preços, inclusive com acionamento de bandeira vermelha, fez apelo à Petrobras para que fornecesse gás natural à UTE Cuiabá. Porém, até hoje aquela usina continua parada por falta de combustível e apelou ao Cade para obter do fornecedor monopolista o insumo essencial.

Poucas vezes o Cade esteve também diante de caso tão claro de conduta anticompetitiva: um fornecedor monopolista que recusa insumo essencial a seu concorrente. A consequência imediata é a exclusão do mercado.

Mas o mais surpreendente dessa crônica de uma morte anunciada é que a sociedade corre o risco de nem sequer ver o Tribunal do Cade analisar a questão.

Isso porque a Superintendência Geral do Cade (“SG-Cade”) decidiu não só que o processo deve ser arquivado, como também que não precisaria ser revisto pelo seu Tribunal.

O argumento para tanto é o de que a participação de mercado da UTE Cuiabá não seria significativa.

O Tribunal do Cade somente analisará a questão se algum conselheiro decidir espontaneamente avocar o processo.

Se isso não ocorrer, será criado talvez o precedente mais grave e anticompetitivo da história do conselho.

Um precedente que poderá abrir as portas para que fornecedores monopolistas verticalmente integrados recusem ou criem dificuldades para o fornecimento de insumos a concorrentes menores ou mesmo para que frustrem novas entradas no mercado.

A ideia de que um monopolista possa escolher seus concorrentes no elo seguinte da cadeia causa arrepio ao bom senso antitruste.

E a simples ameaça de que um precedente do gênero possa ser firmado sem análise pelo Tribunal causa arrepio a todos aqueles que trabalharam arduamente para que o Cade se tornasse uma referência mundial na defesa da concorrência.

Sócio da GO Associados, professor de economia da FGV-SR ex-presidente da Sabesp (2007-11, governos Serra, Goldman e Alckmin) e ex-presidente do Cade (1996-2000, governo FHC)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor:

Título: Ministro faz pressão por obra em terra indígena

Moreira Franco (Energia) consulta Defesa sobre possibilidade de autorizar linha de transmissão sem consentimento de índios

Inédito, o Ministério de Minas e Energia, comandado por Moreira Franco (MDB-RJ), pediu ao Ministério da Defesa que se manifeste sobre a possibilidade de autorizar que uma obra atravessasse uma terra indígena sem o consentimento dos índios. A consulta do MME foi confirmada pela Defesa.

Segundo o Ministério Público Federal e indigenistas, fazer a obra sem uma negociação prévia com os índios afrontaria uma decisão judicial e uma convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho), da qual o Brasil é signatário.

A obra em discussão é uma linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão avaliada em R\$ 2 bilhões, que ligaria Manaus (AM) a Boa Vista (RR), atravessando cerca de 125 km da terra indígena Waimiri-Atroari.

Os índios, que somam cerca de 1,9 mil, foram dos mais impactados durante a ditadura militar (1964-1985) por terem resistido à construção, feita pelo Exército, da rodovia BR-174, do final dos anos 60 à segunda metade dos anos 70. Centenas de índios morreram com a obra, segundo a Comissão Nacional da Verdade.

Os índios já se mostraram contrários ao projeto do linhão, sugerindo que a Eletronorte, responsável pela obra, faça um desvio para evitar destruição do meio ambiente e impactos sobre a etnia. Há ainda, segundo indigenistas, um grupo pouco conhecido de índios isolados no interior da terra indígena que poderá ser afetado por doenças trazidas pelos operários da obra.

Do outro lado, a bancada de deputados e senadores de Roraima, incluindo o homem forte do presidente Michel Temer no Senado, Romero Jucá (MDB), e o governo do estado pressionam a União a executar a obra, sob argumento de problemas no fornecimento de energia elétrica.

O impasse colaborou para a queda, em 2017, do então presidente da Funai (Fundação Nacional do índio), Toninho Costa, que saiu do cargo afirmando que não havia cedido às pressões para acelerar o empreendimento e fazê-lo à revelia dos índios.

No último dia 7, o Ministério de Minas e Energia passou a integrar o grupo de pressão ao mandar um “aviso ministerial” ao ministro da Defesa, o general Joaquim Lima e Silva, para que o órgão se manifeste sobre a possibilidade de enquadrar a linha de transmissão “como empreendimento de relevante interesse da Política de Defesa Nacional”.

Se assim definida, a obra poderia ser beneficiada por uma das “condicionantes”, a de número cinco, que fazem parte de uma decisão tomada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2009 sobre outra terra indígena, a Raposa/Serra do Sol.

A “condicionante” diz que “o usufruto dos índios [sobre as terras] não se sobrepõe ao interesse da política de defesa nacional” e obras assim consideradas seriam feitas “independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai”.

O procurador da República Julio Araújo, coordenador do grupo de trabalho povos indígenas e regime militar, da 6a Câmara da PGR (Procuradoria Geral da República), coautor de ação civil pública que pede uma indenização de R\$ 20

milhões aos waimiris-atroaris pelos danos causados pela ditadura, disse que considerar uma obra de energia elétrica como assunto de defesa nacional “é um alargamento do conceito, um salto”.

“Se levada essa ideia para outros casos, em todo empreendimento que a presença indígena for chamada de ‘obstáculo’ será usado esse conceito. É uma forçação de barra”, disse o procurador.

Além disso, o MPF refuta a possibilidade de que as “condicionantes” do caso Raposa/ Serra do Sol sejam estendidas a outras terras indígenas.

“O ministro do STF Luís Barroso já deixou muito claro que ‘defesa nacional’ não pode ser rótulo para qualquer situação. Ele já disse que as ‘condicionantes’ se aplicam àquele caso de Raposa-Serra do Sol, não são vinculantes para outros casos”, disse Araújo.

O Ministério de Minas e Energia, procurado ao longo de dois dias, afirmou na sexta-feira (18) à noite que “o ministro [Moreira Franco] não solicitou parecer algum ao Ministério da Defesa”. Informada de que a resposta oficial fornecida pela Defesa à reportagem contradiz a informação, a assessoria do MME não se manifestou.

Em e-mail à Folha, a Defesa informou: “O Ministério das Minas e Energia encaminhou consulta ao Ministério da Defesa acerca da possibilidade de enquadramento da linha de transmissão Manaus-Boa Vista como empreendimento de relevante interesse da Política de Defesa Nacional, ensejando seu enquadramento na condicionante ‘V’ do acórdão proferido pelo STF”.

A Defesa informou ainda que a demanda “está tramitando pela área técnica da pasta e ainda não foi submetida à apreciação do ministro da Defesa”.

Procurado em seu telefone celular, Moreira Eranco não foi localizado para comentar.

Em outra frente de pressão sobre os waimiris-atroaris, uma comissão mista do Congresso aprovou na última quarta-feira (16) uma medida provisória, relatada por um deputado de Roraima, Jhonatan de Jesus (PRB), que trata de atenção a refugiados da Venezuela. No artigo 10, contudo, foi colocado um “jabuti”, ou seja, um tema diverso do objeto da MP, que afeta interesses dos waimiris-atroaris.

Entre outros pontos, o artigo diz que a Funai terá um mês para autorizar a entrada de técnicos nas terras para fazer estudos ambientais sobre esses

projetos. Caso contrário, o empreendedor poderá concluir levantamentos sem os dados de campo.

Para a organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental), a proposta “tem alvo certo: viabilizar alinha de transmissão que atravessaria a terra indígena, bandeira eleitoral de vários políticos de Roraima”.

“Contrabandos legislativos, banidos pelo STF desde 2015, continuam sendo usados por parlamentares para surrupiar a legislação socioambiental”, diz Maurício Guetta, advogado do ISA.

“É inaceitável que, numa medida provisória sobre refugiados, se pretenda impor alterações no licenciamento ambiental, mais importante instrumento da política nacional do meio ambiente, e na convenção internacional que regula o direito de consulta dos povos indígenas.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Bertin coleciona litígios com credores e sócios

Grupo, que foi um dos maiores produtores de carne do País e depois expandiu atuação para infraestrutura, acumula dívidas e processos

Considerada uma das maiores exportadoras e produtoras de carne no Brasil no início dos anos 2000, a família Bertin tem colecionado vários processos, em litígios com ex-sócios e credores, e enfrenta questionamentos de atuais parceiros em negócios nos quais atua e estão fora da recuperação judicial pedida em agosto do ano passado.

O grupo, que surgiu há mais de 50 anos como frigorífico na cidade de Lins, interior de São Paulo, fundado por João Bertin, começou a ganhar destaque em infraestrutura, sobretudo em energia, na segunda metade dos anos 2000: arrematou dezenas de projetos na área de geração de energia e viu sua empreiteira, a Contern, engordar o caixa com obras além da fronteira do agronegócio, origem do grupo.

Mas, a partir de 2009, dois anos depois de arrematar importantes concessões em rodovias, o grupo viu seu império de carnes, erguido com a ajuda de financiamentos de mais de R\$ 3 bilhões do BNDES, ruir. Em dificuldade financeira, em boa parte ocasionada pela diversificação dos negócios, os frigoríficos dos Bertin foram comprados pelo seu maior concorrente, o JBS, da família Batista – os dois grupos hoje estão em litígio (ver texto acima).

Entre 2012 e 2016, várias outorgas de projetos bilionários de energia começaram a ser retiradas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Dos mais de 30 projetos em energia, a Aneel revogou 22 – o grupo chegou a ter sociedade na Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), mas teve de desistir por falta de recursos. Atualmente, o que gera caixa para o grupo são as concessões rodoviárias.

Além de controlar a SPMar, concessionária dos trechos Sul e Leste do Rodoanel de São Paulo, o Bertin também é sócio da gigante italiana Atlantia na AB Concessões, com rodovias em São Paulo e Minas Gerais. No caso da AB, a participação de 50% menos uma ação da família Bertin é detida por uma empresa chamada Haoulimau, na qual a família Tarallo (que também é sócia da SPMar e tenta barrar o plano dos Bertin de vendê-la para pagar dívidas) tem uma fatia de 27,3%.

Lava Jato. Em meio à crise financeira, o grupo Bertin passou a ser citado em várias fases da operação Lava Jato. Em uma delas, o empresário Natalino Bertin, filho do patriarca da família, foi denunciado pelo uso de suas contas para movimentação de parte de R\$ 12 milhões emprestados ao PT em 2004 pelo Banco Schahin de forma considerada fraudulenta. O elo foi o pecuarista José Carlos Bumlai, ligado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Metade desses valores foi parar em contas do empresário Ronan Maria Pinto, dono do jornal Diário do Grande ABC. Em novembro de 2015, a sede dos Bertin foi alvo de buscas e Natalino e seu irmão Silmar foram conduzidos coercitivamente à Polícia Federal. Em sua delação no ano passado, Lúcio Funaro, apontado como operador do MDB, afirmou que o presidente Michel Temer, o atual **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, e o ex-deputado Eduardo Cunha teriam recebido parte da propina paga por uma empresa de energia do grupo Bertin para liberação de recursos para tocar os negócios do grupos.

Procurados, a defesa e a assessoria de Temer afirmaram que "está provado que Funaro não é confiável, uma vez que já mentiu outras vezes à Justiça". A assessoria de Moreira Franco disse que ele não tem qualquer vínculo com os fatos. A defesa de Natalino Bertin afirmou que seu cliente teve seu nome indevidamente envolvido na operação e que as acusações são infundadas. A defesa de Lúcio Funaro não quis comentar. As de Ronan, família Schahin e de Bumlai não comentam e afirmam que eles já prestaram depoimentos à Justiça. O BNDES diz que não comenta casos de recuperação judicial. O PT não retornou os pedidos de entrevista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Camila Turtelli, Clarice Couto, Gustavo Porto****Título: RenovaBio ainda enfrenta divergência quanto a metas**

Coluna do BroadcastAgro

Embora já tenha sido aprovada, a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) tem de ser regulamentada e é aí que surgem as divergências no setor. O governo propõe a redução de 10% nas emissões de carbono pela matriz de combustíveis do País até o fim da década. As distribuidoras de combustíveis e o setor de petróleo, por sua vez, defendem o percentual de 4% e sustentam que os produtores de biocombustíveis não conseguem atingir a meta sugerida. Já os produtores de etanol e biodiesel garantiram ter capacidade de ampliar a oferta para atender a qualquer alta na demanda e pediram a elevação na meta para 12%.

» Estou fora. O setor de aviação, que teria de aumentar o uso de bioquerosene, combustível não produzido no Brasil, pediu para ser excluído da nova política setorial. A Petrobrás surpreendeu e informou que se o setor de renováveis continuar atrativo vai ampliar o uso de óleos vegetais na mistura durante o processo de refino de petróleo. Os produtores de biodiesel pediram adição do combustível ao diesel dos 15% propostos para 20%. O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis foi contra e defendeu a manutenção dos atuais 10%.

» Saindo do forno. Os Ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Planejamento correm para finalizar, até quinta-feira, os detalhes para o Plano Agrícola e Pecuário 2018/2019. As regras para o financiamento precisam ser avaliadas pelo Conselho Monetário Nacional, que sempre se reúne na última quinta-feira do mês. No entanto, em maio, a data será feriado de Corpus Christi e o encontro pode ser antecipado. "Trabalhamos para que o plano seja lançado na primeira semana de junho. Se não for possível a aprovação, o CMN pode fazer alguma reunião extraordinária", diz Wilson Vaz de Araújo, secretário de Política Agrícola da Agricultura.

» Retorno. A Monsanto acaba de reativar o fundo de apoio a pesquisas da Embrapa, conta Geraldo Berger, diretor de Regulamentação da empresa. Até 2019 nove projetos de seis unidades da Embrapa contarão com um total R\$ 3 milhões, que vêm de royalties pagos por produtores na compra de sementes de soja Intacta RR2 PRO. Entre 2007 e 2012, o fundo destinou R\$ 36 milhões para 51 projetos da Embrapa, custeado por royalties de outra soja transgênica, a Roundup Ready.

» Pulverizado. Berger diz que nem todas as pesquisas são de interesse particular da Monsanto, apesar de a companhia ter prioridade para licenciar as soluções resultantes dos estudos. Celso Moretti, diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, enfatiza a relevância das parcerias: "Até maio firmamos 50 acordos internacionais e 1,8 mil nacionais com empresas e instituições". No mercado, há grande expectativa em relação à pesquisa cujo foco é aumentar a resistência da soja ao fungo causador da ferrugem, a principal doença da oleaginosa.

» Bumba meu boi. A festa brasileira em Paris, hoje, para comemorar a conquista do certificado de país livre de febre aftosa com vacinação, concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal, terá um churrasco para 250 convidados e a apresentação de grupos do Festival Folclórico de Parintins (PA). O evento será bancado por associações da indústria de carne e pela Apex-Brasil. O certificado será entregue na quinta-feira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Espaço Aberto

Autor: José Goldemberg

Título: Qual é o papel das empresas estatais?

Empresas estatais não foram inventadas pelos socialistas do século 19 – entre os quais se destacou Marx –, que argumentaram que os meios de produção deveriam estar nas mãos do Estado, e não de empresas privadas, cujo objetivo principal é o lucro. Segundo eles, empresas estatais atenderiam melhor ao interesse público. Muito antes deles, os reis da França criaram empresas estatais, algumas de óbvio interesse público, como os correios, e outras de interesse exclusivo do próprio governo, como a indústria de armamentos.

O mesmo ocorreu nos Estados Unidos, meca da iniciativa privada, onde até hoje os correios são uma empresa do governo. O que a experiência histórica mostra é que governos criam empresas estatais para resolver problemas que a iniciativa privada não consegue ou não quer resolver. Não há, portanto, nada de ideológico em criá-las: o critério básico para justificar sua criação, contudo, é sua utilidade na resolução de problemas econômicos ou sociais.

A ideologia entra quando governos vão para os extremos de estatizar toda a economia e abolir a propriedade privada, como foi feito na Rússia na revolução comunista de 1917. Essa revolução teve grande sucesso em industrializar rapidamente um país agrícola atrasado e transformá-lo numa grande potência industrial, capaz de derrotar o até então invicto exército nazista na 2.ª Guerra Mundial.

Mas o novo regime não foi capaz – após mais de 70 anos – de dar à população um nível de vida adequado, o que levou à dissolução da União Soviética e à “privatização selvagem” que destruiu a economia russa. Apesar disso, inspirou a criação de empresas estatais no mundo todo e em particular no Brasil, no setor de energia elétrica e petróleo.

A produção de eletricidade em grande escala começou no Brasil quando uma empresa canadense (Light and Power) construiu a Usina Henry Borden, em Cubatão, há quase cem anos, que abastece São Paulo até hoje. Aos poucos o sistema se expandiu, mas o crescimento populacional e o desenvolvimento do País exigiam cada vez mais investimentos, que as empresas estrangeiras não faziam por considerarem baixo o retorno econômico, uma vez que o governo fixava as tarifas abaixo do que consideravam adequado.

Por essa razão foi criada na década de 1950 a Eletrobrás, empresa estatal que nacionalizou as empresas estrangeiras da área de energia elétrica e, com recursos do Tesouro Nacional (e empréstimos do Banco Mundial e bancos privados internacionais), lançou um grande programa de construção de usinas hidrelétricas.

A Eletrobrás e subsidiárias e outras estatais criadas nos Estados, como Cesp (São Paulo), Cemig (Minas Gerais) e Copel (Paraná), completaram o sistema, gerando, transmitindo a longas distâncias e distribuindo eletricidade nas grandes cidades. Situações similares ocorreram em outros países, até nos EUA, onde as empresas privadas sempre foram consideradas a única solução para os problemas do país.

Prova disso é que lá não existe até hoje uma rede nacional de transmissão de eletricidade, como no Brasil. Nos anos 30 do século passado o presidente Roosevelt implementou com recursos do Estado um amplo programa de produção de eletricidade por meios da Tennessee Valley Administration (TVA), que construiu várias usinas hidrelétricas como parte de um programa de desenvolvimento regional que a iniciativa privada não tinha interesse em bancar.

O sucesso inicial da Eletrobrás levou à criação de inúmeras estatais em outras áreas. No País são hoje cerca em nível federal e mais de uma centena em nível estadual; só no Acre são 33. Em torno delas se criaram interesses corporativos dos próprios funcionários e frequentemente interesses de políticos que indicam seus diretores e promovem às vezes favoritismo nos negócios, como evidenciado nos escândalos da Operação Lava Jato.

As inúmeras subsidiárias criadas nos Estados do Norte e do Nordeste permitiram levar eletricidade a toda a região, mas a gestão dessas empresas se

tornou tão deficitária que inviabilizou a própria capacidade da Eletrobrás de investir em novos empreendimentos de grande porte, que é sua função principal e pela qual foi criada. Muitas delas se tornaram, ao longo do tempo, verdadeiros cabides de empregos. São cerca de 90 mil funcionários com salário médio muito superior ao das empresas privadas.

De modo geral, a criação das estatais é meritória, mas resolvido o problema para as quais foram criadas elas continuam a existir, mesmo quando sua missão original foi cumprida e deveriam passar para a iniciativa privada. O governo Fernando Henrique Cardoso tentou resolver o problema com a privatização parcial da empresa de distribuição de eletricidade. Não há nenhuma justificativa para mantê-las como empresas estatais, já que são empresas comerciais que apenas compram e vendem eletricidade.

Essa é a experiência bem-sucedida do Estado de São Paulo onde a Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp) teve o papel pioneiro de construir grandes usinas ao longo do Rio Tietê e no Pontal no Paranapanema. A Eletropaulo e a CPFL compravam a eletricidade da Cesp e a distribuía. Passada a fase heroica de construção das usinas hidrelétricas, a população de São Paulo continua a ser bem servida após a privatização da transmissão e distribuição de eletricidade como era no passado, quando essas atividades estavam todas na mão do Estado.

O que o bom senso indica é que esse é o caminho a seguir em relação à Eletrobrás: privatizar as atividades que cabem melhor na iniciativa privada e permitir que ela se concentre na expansão do sistema de usinas necessário ao País.

PRESIDENTE DAS EMPRESAS DE ENERGIA DE SÃO PAULO (ELETROPAULO, CPFL E COMGÁS) NO GOVERNO MONTORO

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Corte de imposto ganha viés eleitoral

Em meio à forte alta da gasolina (cujo litro já passa de R\$ 5 em alguns estados, como Minas Gerais) e à ameaça de greve geral dos caminhoneiros nesta segunda-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a alta dos preços dos combustíveis. Pré-candidato à Presidência, Maia disse ontem em seu perfil no Twitter que pretende criar uma comissão para discutir uma saída para reduzir o preço do combustível, zerando a Contribuição

de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e reduzindo o PIS-Cofins.

Ele ainda cogitou a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis nos estados. A iniciativa, no entanto, é vista com ceticismo por especialistas, já que reduzir tributos, nesse momento, aumentaria o déficit das contas públicas.

“A alta da gasolina me leva a chamar, na Câmara, uma Comissão Geral no dia 30 de maio para debater e mediar saídas que atendam aos apelos da população. No curto prazo, o governo federal deve avaliar a possibilidade de zerar a Cide e diminuir o PIS-Cofins. Os estados podem avaliar o mesmo para o ICMS”, escreveu Maia.

Na avaliação do economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, o discurso do presidente da Câmara aparenta buscar votos, mas é muito imprudente do ponto de vista fiscal. “Maia sabe o quanto a situação das contas públicas está complicada e que não há margem para redução de imposto e, por isso, havia a proposta da reforma da Previdência na mesa, que foi abandonada”, disse. “Infelizmente, o jogo político tem esse tipo de situação suja. O governo continua gastando muito mais do que arrecada e isso não muda. Não interessa o que o país precisa, mas interessam os votos.”

Na sexta-feira, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, que é sogro de Maia, também havia defendido a redução de impostos sobre a gasolina. Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro, a sinalização de Maia e Moreira é uma tentativa de responder à ameaça de greve dos caminhoneiros. “Essa greve teria um potencial desestabilizador muito grande sobre o governo e seus aliados. Eles estão preocupados com isso e uma das medidas que pode ser tomada é a redução do preço da gasolina, apesar de a margem fiscal para isso ser muito pequena”, disse.

Oreiro lembrou que a mediana das projeções do mercado para o déficit primário neste ano, de R\$ 138,5 bilhões, está abaixo da meta fiscal, de rombo de até R\$ 159 bilhões, o que até permitiria uma redução de imposto dentro dessa margem. “Mas de fato, a situação fiscal está complicada e o que estamos vendo é que haverá muito mais problemas nessa área para serem resolvidos pelo próximo governo”, destacou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Thomas Lanz

Título: Petrobras com lucro

Finalmente a Petrobras vem divulgando notícias mais alentadoras. A última se refere ao aumento de 56% do lucro da empresa que chega a R\$ 6,7 bilhões. Não é por acaso que esses números são alcançados. O saneamento e a melhor gestão, a condução ética da administração e, do ponto de vista econômico, a alta internacional de petróleo favorecendo os preços de exportação e a elevação dos preços de combustíveis em 40%, geraram o bom resultado. Os acionistas da Petrobras com certeza ficarão muito felizes com a distribuição de dividendos que há pelo menos três anos não recebiam. A repartição do lucro será feita segundo a cartilha das normas legais e políticas internas da empresa. O Conselho de Administração terá que se debruçar sobre o assunto na próxima reunião.

Agora vamos visitar o universo das empresas familiares, em geral de capital fechado, que igualmente geram resultados em bons anos. O que fazer com o lucro? Que destino dar aos recursos? Tenho assistido a muitas discussões a respeito e observado que, em geral, nas empresas familiares, o assunto ainda está muito mal resolvido. Aumenta a pressão dos sócios que não trabalham na empresa por uma farta distribuição. Para eles, a empresa sempre está bem e tem sobra de recursos. Para os intimamente envolvidos com a gestão, a questão se coloca em sentido oposto. Querem distribuir o menos possível para poder investir mais. Nesse cenário, está armado o contraditório.

Muitos gestores que também são sócios da empresa acham que merecem receber um quinhão maior da distribuição do lucro, pois foram corresponsáveis por sua geração. Fazem uma grande confusão entre o que vem a ser remuneração do trabalho e remuneração do capital. Principalmente os jovens herdeiros não se conformam em ganhar o mesmo que os seus primos que estão fora do negócio, quando o assunto é a distribuição dos lucros. Todos são igualmente sócios da empresa.

Uma praxe muito difundida em nível nacional são as famosas retiradas. Muitos sócios recebem mensalmente uma mesada a título de retirada. Em resposta às minhas perguntas sobre essa prática, recebo informações que vão de um silêncio total a uma vaga explanação sobre distribuição antecipada de lucros.

A retirada é feita independentemente de a empresa ter gerado lucro. Recursos são pedidos emprestados a bancos para o pagamento das mensalidades quando o caixa está no vermelho. Muitas vezes sócios vivem das retiradas e, se não receberem, não terão dinheiro para o dia a dia. Em resumo, a retirada é uma forma paternalista de a empresa familiar ajudar de forma manca membros da família empresária. Muitas empresas têm dificuldades de encontrar a melhor maneira de contabilizar as saídas de caixa.

A distribuição de lucros deverá ocorrer após a contabilização dos resultados, o que nem sempre é feito. A antecipação da distribuição do lucro por conta da expectativa de ganho futuro ocorre com frequência. Já acompanhei o desempenho de empresas que mostraram um primeiro semestre muito favorável. As projeções apontavam para um segundo semestre igualmente promissor. O caixa da empresa permitiu uma boa distribuição de lucros antecipada. Infelizmente, por razões tanto internas quanto de mercado, o resultado negativo aflorou no segundo semestre, fazendo que a empresa apresentasse um prejuízo anual. Será que, no caso, os sócios estariam dispostos a devolver os lucros já distribuídos referentes aos bons resultados do primeiro semestre?

Todas as situações acima mencionadas poderiam ser mitigadas caso as empresas, não importando seu tamanho, tivessem normatizados os critérios de distribuição de lucros registrados nos manuais de políticas internas, conforme as boas práticas de governança corporativa. Essas políticas deveriam ser discutidas e formalizadas em conjunto pelos sócios, contribuindo para a profissionalização da empresa familiar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Governo corre para deslanchar concessão do PPI em junho

O governo corre contra o tempo para concentrar no mês de junho uma enxurrada de iniciativas do programa de concessões em variadas áreas, antecipando-se ao calendário eleitoral que tende a dominar o segundo semestre do ano.

A meta é a publicar os editais dos leilões da Ferrovia Norte-Sul no trecho entre Estrela D'Oeste (SP) e Porto Nacional (TO) e da Rodovia de Integração do Sul, batizada de "RIS" e que envolve as BRs 101/290/386/448 no Estado do Rio Grande do Sul.

Nos dois casos, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) mantém o cronograma de realizar o leilão no terceiro trimestre do ano. Mas qualquer evento pode fazer com que os certames escorreguem para 2019. "Não trabalhamos com essa hipótese", disse fonte do PPI ao **Valor**.

No caso da RIS, por exemplo, um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou a minuta do edital e os estudos para a concessão do lote de 473 quilômetros.

Audidores do órgão entenderam que o estudo omitiu investimentos. O governo, por sua vez, destacou, entre outros pontos, que se tratava de exigir investimentos via gatilhos acionados pela demanda. Dessa forma, evitaria problemas como os das concessões de rodovias da 3ª etapa, licitadas em 2013 e 2014 e cujos contratos concentraram pesados desembolsos nos primeiros cinco anos sem que houvesse tráfego. Brasília avalia que a aprovação da documentação da RIS pela corte de contas deve balizar - e facilitar - a tramitação de outros projetos de rodovias no TCU.

No caso das distribuidoras de energia elétrica da Eletrobrás (Ceal, Cepisa, Ceroni, Eletroacre, Amazonas e Boa Vista), o governo ainda trabalha para lançar os editais neste mês, assim que o TCU liberar a documentação. Mas já admite que só seja possível em junho, quando também deve lançar editais para arrendamento de três terminais portuários.

Até o fim do semestre o governo pretende também colocar em consulta pública a transferência à iniciativa privada de 13 aeroportos de porte médio divididos em três blocos. O do Sudeste é constituído por Vitória (ES) e Macaé (RJ). O do Nordeste é encabeçado por Recife (PE) e conta ainda com Maceió (AL), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Aracaju (SE) e Juazeiro do Norte (CE). E o grupo do Mato Grosso reúne os demais cinco: Cuiabá, Sinop, Alta Floresta, Rondonópolis e Barra do Garças.

Outro ativo cuja consulta pública será lançada em junho é um trecho de mais de 200 quilômetros da BR-101 no Estado de Santa Catarina, entre os municípios Paulo Lopes e São João do Sul.

O calendário prevê ainda o envio ao TCU no próximo mês do material compilado da consulta pública da Ferrogrão, projeto de uma nova ferrovia com 933 quilômetros de extensão que será construída do zero entre Sinop (MT) e Miritituba (PA). Ligará a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desaguando no porto de Miritituba. Também está previsto o encaminhamento ao TCU da prorrogação da Malha Paulista, da Rumo, que deverá ser o primeiro caso de ferrovia renovada e servirá de modelo para as outras que já entraram com o pedido na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Seguirão ainda em junho para a corte de contas as minutas para licitação de mais seis terminais portuários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Por Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Recente alta do petróleo não traz alívio à economia da Venezuela

O próximo presidente da Venezuela terá de administrar uma situação fiscal explosiva. O déficit público do país é um dos maiores do mundo, como percentual do PIB. Além disso, a Venezuela está sem fontes de financiamento, interno ou externo. A alta do petróleo, que na semana passada chegou a US\$ 80 por barril, poderia dar um alívio, mas a produção venezuelana está em queda livre.

Sem a divulgação de cifras oficiais, consultorias estimam que o déficit público da Venezuela esteja entre 17% e 30% do Produto Interno Bruto (PIB). O Ministério de Economia e Finanças não divulga dados desde 2011. Naquele ano, a Venezuela arrecadou 27,9% e gastou 39,5%, com déficit público de 11,6% do PIB.

"A magnitude desse declínio só pode ser explicada por um número sem precedentes de decisões econômicas bizarras e de destruição sistemática de todas as práticas básicas de boa governança", diz Luiz Pinto, especialista em economias petrolíferas do Brookings Doha Center.

Segundo Pinto, o país começou a apresentar déficits fiscais a partir de 2006, quando ainda tinha amplo acesso ao mercado internacional de capitais e os preços do petróleo estavam altos. "O déficit saltou para dois dígitos do PIB a partir de 2011 e saiu totalmente do controle", afirma.

O mercado doméstico de dívida, que poderia ajudar a financiar o governo, diz Pinto, é praticamente inexistente. "É um mercado muito pequeno com títulos antigos e juros reais hipernegativos por causa da hiperinflação", argumenta. Internamente, portanto, ninguém empresta para o governo.

O crédito externo sumiu. As sanções impostas pelos EUA atingem as novas emissões de títulos soberanos venezuelanos e da estatal PDVSA, o que também inviabiliza qualquer reestruturação da dívida antiga. As aliadas Rússia e China não estão colocando mais dinheiro novo na Venezuela.

"A China emprestou US\$ 60 bilhões desde 2007, mas está diminuindo sua exposição à Venezuela e renovando apenas parte de suas linhas de crédito", diz Pinto. "A Rússia aumentou sua exposição recentemente, emprestando US\$ 6 bilhões desde 2015, mas tende a fazer empréstimos de mais curto prazo e colateralizados, ou seja, tendo ativos como garantia."

Sem dados oficiais, não há informações sobre a arrecadação de impostos no país. Mas a contração de 35,8% do PIB nos últimos três anos mostra uma economia deprimida, o que significa uma arrecadação "muito baixa", diz Pinto.

Atualmente, a principal fonte de arrecadação da Venezuela é a produção e exportação de petróleo. Mas ambos vêm caindo drasticamente, o que impede o

país de se beneficiar da recente alta dos preços da commodity nos mercados internacionais.

"Em condições normais, a alta do barril para quase US\$ 80 deveria aumentar a arrecadação. Mas a produção petroleira está caindo mais rapidamente do que o movimento de alta do petróleo, então acaba não compensando", afirma Carlos de Souza, da consultoria Oxford Economics.

A produção venezuelana caiu de 2,3 milhão de barris diários em 2016 para 2 milhões de b/d no ano passado. No mês passado, a média foi de 1,5 milhão de b/d, segundo a Oxford Economics. A consultoria prevê que a produção continuará a cair para entre 1,3 milhão de b/d e 1 milhão de b/d.

"Se tivesse produzindo o que produzia há três anos, mais de 2,5 milhões de b/d, a Venezuela arrecadaria US\$ 33 bilhões a mais com exportações petroleiras neste ano", diz Alejandro Grisanti, diretor da consultoria Ecoanalítica, de Caracas. "Neste ano, o país arrecadará US\$ 22 bilhões com o que exportar de petróleo. Se estivesse produzindo ao ritmo de 2014, arrecadaria US\$ 55 milhões."

A diferença equivale a um terço do PIB nominal do país, atualmente em US\$ 100 bilhões, o mais baixo desde 2003.

Nesse cenário, o governo depende cada vez mais do saldo positivo em conta corrente (resultado das transações de bens, serviços rendas com o exterior) para se financiar. Souza afirma que o superávit em conta corrente em 2017 foi de US\$ 6 bilhões, mas deve cair para entre US\$ 5 bilhões e US\$ 4 bilhões neste ano.

Para manter esse saldo, o governo teve de cortar importações e, recentemente, deixou de pagar a maior parte do serviço da dívida externa. "O país importa 20% do que importava há cinco anos e deixou de pagar US\$ 4 bilhões em serviço da dívida desde novembro", diz Grisanti.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Edital da Cesp

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região derrubou liminar que impedia a prorrogação da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera. Na prática, isso

vai permitir a publicação do edital de privatização da Cesp pelo governo do Estado de São Paulo. A publicação do edital, com um novo preço mínimo por ação, estava prevista para a semana passada. Na decisão, proferida na sexta-feira à noite, o desembargador federal Marcelo Saraiva acatou o argumento da Cesp de que foi realizada uma audiência pública presencial em São Paulo em 1º de fevereiro, cumprindo o requisito legal necessário para a privatização, uma vez que a legislação não determina o número de audiências necessárias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério cai 0,8%

Os preços do minério de ferro caíram 0,8% no fechamento de sexta-feira. De acordo com a "Metal Bulletin", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou US\$ 0,57, para US\$ 66,92 a tonelada ao fim do dia. Conforme a publicação, os preços da commodity no mercado físico acompanharam a desvalorização do vergalhão de aço e dos contratos futuros. Na Bolsa de Futuros de Xangai, o contrato do vergalhão para outubro caiu 37 yuans, ou 1%, para 3.628 yuans (US\$ 570) por tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Juliana Schincariol | Do Rio

Título: CVM apura denúncia de minoritário da CSN

Uma disputa entre a CSN e a Geração Futuro Lpar, fundo que reúne ativos do empresário Lírio Parisotto, é alvo de processo administrativo sancionador na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O diretor de relações com investidores da CSN, David Moise Salama, foi acusado no caso, de acordo com processo obtido pelo **Valor**.

Além de não ter permitido acesso ao minoritário à lista de acionistas da companhia, a Superintendência de Relações com Empresas (SEP) acusa Salama de não ter incluído os candidatos indicados pelo fundo aos conselhos fiscal, Guilherme Roman, e de administração, Aloísio Macário, no boletim de voto a distância na assembleia em abril de 2017. E sem explicar as razões aos acionistas. Nos dois casos, a CSN alegou à Geração Futuro que os requisitos legais não foram atingidos.

Questionada pela CVM, a empresa disse que o interesse da Geração Futuro foi escondido. Para a CSN, o fundo quer forçá-la a descumprir o termo de compromisso fechado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Também alega que o fundo serve ao grupo Nippon Steel, "notório oponente" da CSN, que tem interesse em segredos de seu negócio.

"Aloísio Macário e Guilherme Roman foram membros da administração da Usiminas e, por essa razão, tem ciência, são refúgio de informações da Usiminas reputadas pelo Cade como concorrencialmente sensíveis que não devem, portanto, ser conhecidas pela CSN", diz. Assim, continua, a situação confere impedimento de eleição. A siderúrgica pediu que a CVM archive o caso e que investigue as ligações da Geração Futuro com a Nippon Steel e o propósito de causar danos à companhia.

No ano passado, a CSN obteve liminar que impediu a indicação. "Vislumbra-se à evidência, o conflito de interesses e o abuso de direito, a par da violação de normas impostas pelo Cade e CVM", disse o juiz Carlos Eduardo Fantacini, da 26ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. Procurada, a CSN respondeu, por meio de seu advogado, que as ponderações da empresa estão na sentença judicial.

À CVM, a siderúrgica disse que os administradores atuaram com base na lei e para impedir que fosse lesada. A recusa visou preservar a empresa "frente ao exercício abusivo de direitos de acionista pela reclamante em prejuízo pela CSN". Salama afirmou que antes da decisão de negar os pleitos da Geração Futuro foi realizada "diligente e profunda análise".

Para o superintendente de relações com empresas, Fernando Soares Vieira, as análises do ponto de vista administrativo e judicial são, em princípio, independentes. Para Vieira, eventuais alianças entre a Geração Futuro e o grupo Nippon Steel na Usiminas, caso tenham existido, seriam decorrentes, em princípio, de escolhas privadas de atuação política na companhia. Segundo ele, o simples fato de um acionista ser vencido em determinadas deliberações não significa, em princípio, que houve má-fé em relação ao derrotado.

Segundo Vieira, o pedido da CSN para que a CVM investigue a atuação da Geração Futuro foi genérico. Além de não fazer parte do escopo do processo, a eventual reclamação deve ter encaminhamento "fundamentado e acompanhado de documentação comprobatória". "Também não restou comprovada, em nossa opinião, a relevância da eventual existência de aliança entre a Geração Futuro e outros acionistas da Usiminas para o exercício do direito de voto naquela companhia".

Vieira diz que fazer prejudgamentos, cassando direitos de acionistas por suposto conflito formal, seria medida extraordinária, prevista em alguns casos na lei, e

raras vezes decidida pela CVM. "Aceitar que o administrador de companhia o faça não teria amparo na legislação societária", afirma. Para ele, não há como entender que os pedidos de lista de acionistas e de inclusão de candidatos em boletim de voto a distância poderiam configurar abuso de direito.

"Deve-se considerar, ainda, que os supostos motivos apresentados à Geração Futuro para indeferir os pedidos foram extremamente genéricos, impossibilitando que a acionista apresentasse seus argumentos e/ou realizasse retificações", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Neoenergia critica desequilíbrio na disputa com Enel

O chileno Mario Ruiz-Tagle, presidente da Neoenergia, decidiu quebrar o silêncio na semana decisiva para a disputa pelo controle da Eletropaulo e fazer uma crítica ferrenha à forte participação de estatais estrangeiras no setor de energia no Brasil. "Meus competidores correm com doping. Estados não têm o mesmo racional econômico que companhias privadas e quem paga por isso é sempre o consumidor, o cidadão", disse ele em entrevista ao **Valor**.

Ruiz-Tagle é quem comanda os lances na competição pública que a Neoenergia trava com a Enel, há mais de um mês, pela distribuidora paulista. O executivo já está autorizado pelo conselho de administração da companhia, controlada pela espanhola Iberdrola em sociedade com Banco do Brasil e Previ, a atuar dentro de um intervalo de valores. Jose Ignacio Sanchez Galan, presidente mundial da Iberdrola, esteve na semana passada no Brasil, com outros executivos da alta cúpula do grupo, para discutir a transação no conselho da controlada.

"Nosso teto [de preço] é o teto das companhias privadas, que não compram nem território, nem externalidades de uma área de concessão", enfatizou ele, numa clara alfinetada na rival Enel, na qual o governo italiano possui participação próxima de 23%.

As desaprovações do executivo para o ambiente da competição com a Enel vão desde a falta de clareza das regras societárias até a inércia dos reguladores e governos que, diante da queda-de-braço pela Eletropaulo, não demonstraram preocupação sobre quais os planos das concorrentes para o futuro da distribuidora paulista.

"A conta da irracionalidade econômica da compra de uma concessão regulada é paga pelos cidadãos. Isso precisa ficar claro", disse ele, logo após se declarar um "apaixonado" nesse debate.

Com receita líquida anual superior a R\$ 20 bilhões, a Neoenergia é a maior empresa do setor no Brasil em número de clientes. A Eletropaulo é peça relevante do setor para o grupo após a incorporação da Elektro, que tem sede em Campinas e atua em 223 cidades de São Paulo e cinco de Mato Grosso do Sul. Ruiz-Tagle revela a importância do negócio ao tornar evidente o tamanho da preocupação de perder para a Enel.

Há anos, Enel e Iberdrola, duas gigantes mundiais, travam uma forte disputa na Europa pelo setor. Em 2009, o grupo italiano adquiriu o controle da distribuidora espanhola Endesa.

Aqui no Brasil, quem levar a Eletropaulo consolidará a liderança em clientes. A Neoenergia vai superar 20 milhões de consumidores se conseguir o negócio, e a Enel, que concluiu a compra da goiana Celg no começo do ano passado, passará a contar com mais de 17 milhões.

Antes de se transformar numa guerra de ofertas públicas de aquisição de ações (OPA), as rivais competiram para ancorar uma capitalização que a Eletropaulo faria por meio de uma emissão de R\$ 1,5 bilhão em ações. A Neoenergia havia sido vencedora nesse modelo, mas o conselho cancelou a operação após o surgimento das OPAs - a Energisa foi a primeira a fazer uma oferta, mas se retirou da disputa diante da escalada do preço.

Ruiz-Tagle acredita que a força com que a Enel está brigando pela Eletropaulo tem forte viés político. "Olhe para o tamanho que a Enel está ficando na América Latina. Estão em Santiago [Chile], Lima [Peru], Bogotá [Colômbia]. Como dizer que não há um projeto geopolítico latino-americano?"

"A conta da irracionalidade econômica da compra de uma concessão regulada é paga pelos cidadãos"

Embora o leilão de aquisição das ações da Eletropaulo esteja marcado para 4 de junho, é possível que já nesta quinta-feira se saiba quem será o novo dono. Quem entre as duas rivais tiver a maior oferta até as 19 horas do dia 24 será a vitoriosa, se nenhum outro grupo tiver declarado intenção de interferir no leilão na bolsa. Nesse cenário, o leilão será a mera liquidação das compras das ações.

Para tentar comprar os papéis no dia 4, um eventual novo participante precisa anunciar sua intenção até as 15 horas ainda no próprio dia 24. Caso surja esse novo concorrente e ele coloque sua oferta, o final da disputa só será conhecido

mesmo no dia 4 após o leilão. Nesse cenário, todos poderão disputar lance a lance a Eletropaulo dentro do certame.

Na semana passada, pela segunda vez, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a B3 fizeram esclarecimentos sobre como se dará a entrega de propostas no dia 24 e no dia 4, conforme a situação.

Após os sucessivos aumentos de preço já feitos para as ofertas de aquisição de ações (OPA), a distribuidora paulista está avaliada em R\$ 5,4 bilhões pelas europeias, com lances de R\$ 32,20 por ação pela Enel e R\$ 32,10, da Neoenergia, até o momento. A expectativa agora é que as novas propostas só serão colocadas na quinta-feira.

Ao fim de dezembro, o valor de mercado da Eletropaulo estava em R\$ 2,7 bilhões, após a adesão ao Novo Mercado da B3

A situação é totalmente inédita no mercado de capitais brasileiro, pois ainda são raras as companhias sem dono no país, com capital totalmente disperso em bolsa. A Eletropaulo, após converter todas as ações em ordinárias, deixou de ter controlador - os maiores acionistas são BNDES e a americana AES, com 18,7% e 16,8% do capital, respectivamente.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista com Ruiz-Tagle:

Valor: *Porque o senhor é tão crítico do concorrente Enel?*

Mario Ruiz-Tagle: Eu sou crítico porque o doping é proibido no mundo da competição. Meu concorrente corre com doping. Ele não tem custo de capital porque o dinheiro é do Estado italiano, gerado pela condição de monopólio da empresa na Itália que dá a ele o caixa que quiser. Não sou eu que estou dizendo. Está no edital da oferta dele que o financiamento virá da Enel, na Itália. E, com o dinheiro vindo de fora, eles já ganharam 10% de vantagem em cima de mim nos últimos dias, só com o câmbio. Meu racional é econômico e privado e tem, por fundamento, não permitir que nem meus acionistas, nem financiadores, nem colaboradores passem vergonha. Temos uma exigência de rentabilidade e isso eu, como responsável pelo negócio, vou procurar seguir ao avaliar a Eletropaulo.

Valor: *Quer dizer que seu limite de preço pela Eletropaulo é menor?*

Ruiz-Tagle: Nosso teto [de preço] é o teto das companhias privadas, que não compram nem território, nem externalidades de uma área de concessão. Somos uma empresa de distribuição de energia elétrica com objetivos claros: prestação de serviço, investimento, eficiência e rentabilidade aos acionistas. Parece simples, mas é complicado para fazer todos os dias. Além do mais, estamos

falando, no setor de distribuição de energia, também de acesso e controle de informação. As casas, com os medidores, são grande centros de informação. Dá para saber tudo que você faz na sua casa. Você sabe que pela linha de energia vão dados de Internet? Nós não estamos nesse negócio [de informação e dados]. Somos uma empresa de energia. Mas um Estado, sim, está. E não só os italianos. Todos.

Valor: *O que o senhor está dizendo é que nenhuma decisão de estatal tem racional econômico, mas só geopolítico, é isso?*

Ruiz-Tagle: Racional econômico sim, mas de uma estatal. Ou seja, sem limites. Porque um Estado não sai para investir fora de seu país se não for para ampliar suas fronteiras do ponto de vista de seu mercado. Ou seja, para impor seus produtos e seus fornecedores ou de grupos que o interessam como governo.

Valor: *Mas por que isso é necessariamente tão ruim?*

Ruiz-Tagle: Porque para eles não é importante o quanto gastam. O importante é que conquistem. Depois, é que vão se preocupar em como rentabilizar. Aí vão buscar fazer isso ou com redução de investimento ou brigas por aumento de tarifas. Quem perde é sempre o cidadão.

Valor: *E o senhor vê isso acontecendo no Brasil?*

Ruiz-Tagle: Há exemplos claríssimos. Veja o que aconteceu com a Celg [Companhia Elétrica de Goiás, privatizada em novembro de 2016]. Como é possível que, sozinha no leilão de privatização, a Enel pague ágio de 30%? Eu, se faço isso na Neoenergia, estou morto como executivo. Não tem racional econômico. Outro caso: onde está o resultado econômico da Eletrobras? Como ele se traduziu nos últimos anos? Em ganhar todos os lotes de transmissão possíveis. E o que aconteceu com eles? Construíram? Não construíram. Quem saiu prejudicado? Essa conta fomos todos nós que pagamos nas nossas contas de luz. Por isso estou reclamando. Eu estou competindo aqui com concorrentes com doping. Quero crescer, mas nessas condições não vou conseguir.

Valor: *É isso que está acontecendo na disputa pela Eletropaulo?*

Ruiz-Tagle: Eu sempre digo que a situação da Eletropaulo é mais que preço. A discussão é sobre criar valor. Qual valor que eu vou conseguir? As eficiências que eu conseguir gerar com a área de concessão, porque tenho Elektro ao lado. Mas e a Enel, que valor que cria? Nessa área de concessão, não vejo. Mas olhe para o tamanho que a Enel está ficando na América Latina. Estão em Santiago [Chile], Lima [Peru], Bogotá [Colômbia]. Como dizer que não há um projeto de influência geopolítica latino-americana?

Mercado pode conhecer novo dono da Eletropaulo ainda na quinta-feira, se não houver novo competidor

Valor: *Então o senhor é contra investimento estrangeiro de estatais?*

Ruiz-Tagle: Não sou contra. Mas é preciso ter regras de jogo equivalentes. E o Brasil não tem se preparado para isso. O governo não precisaria impedir estatais estrangeiras de entrar aqui, mas poderia limitar. Ou então exigir contrapartidas de investimento. Porque se não a riqueza ficará toda na Itália, nesse caso. Mas esse não é só o modelo da Enel. É de todos: chineses, franceses, todos. Veja o caso da Endesa, na Espanha. Era uma baita empresa. Hoje é uma regional da Itália. A Fazenda da Espanha denunciou a Enel por colocar € 15 bilhões em dívidas dentro da Endesa, porque assim pagavam menos imposto na Espanha e mais imposto na Itália. É só olhar o déficit dos dois países para entender o interesse disso.

Valor: *A Espanha tem algum tipo de limitação?*

Ruiz-Tagle: Não. Nenhum. E por isso a Endesa está sofrendo. Foi completamente esvaziada.

Valor: *O senhor tem visto algum país adotar regras restritivas?*

Ruiz-Tagle: Sim. Austrália. Não me lembro exatamente agora, mas há três ou quatro países com esse tipo de restrição e exigência de reciprocidade. Se não investir lá, não pode entrar no país. É preciso começar a pensar em mudar as regras. Saímos de um mundo binário. Saímos de mandar cartas por envelope, passamos para o mundo do fax, depois do email e agora estamos no mundo do Whatsapp. A essa velocidade de vida, é preciso que as regras acompanhem.

Valor: *No Brasil, então, não se pensa em nada disso no setor?*

Ruiz-Tagle: Não é normal um país que defendeu por 200 anos a energia como um setor estratégico, que tem uma estatal do tamanho que tem [Eletrobras] e está discutindo privatizá-la por ineficiência, abrir as portas para que venha qualquer Estado estrangeiro comprar suas companhias. Não é normal. Veja como está ficando o mapa do setor no Brasil, com Enel e State Grid [chinesa].

Valor: *E agora ainda não sabemos o que vai ser da EDP Brasil.*

Ruiz-Tagle: Pois é. Todo mundo pensava que a Bandeirante Energia [atual EDP Brasil] era uma companhia controlada por uma empresa portuguesa, a EDP. Agora, o que se vê é que vai ser chinesa, depois que a Enel misteriosamente saiu da disputa pelo controle da portuguesa e a China Three Gorges (CTG) lançou uma oferta. Enquanto aqui, a State Grid desistiu da Eletropaulo.

Valor: *Sua crítica é que está se abrindo mão de proteger o interesse do cidadão?*

Ruiz-Tagle: Sim. Mas é claro. Aqui, no debate da Eletropaulo, há uma sobreproteção do preço, gerando uma carnificina de gastos. Mas minha pergunta é quanto desse dinheiro vai terminar em um cabo ou em uma subestação de energia de São Paulo? Nós oferecemos isso: R\$ 1,5 bilhão dentro da companhia, com capitalização, e R\$ 4,5 bilhões para os acionistas [por meio de uma OPA]. Porque a Eletropaulo não tem um probleminha de dívida. Não é que falta o dinheiro do mês. Tem um problema estrutural grande. E quem comprar, assim que se tornar dono, vai ter que fazer um cheque atrás do outro para resolver os problemas.

Valor: *Mas esse debate não dá mais tempo para a Eletropaulo.*

Ruiz-Tagle: Sim, é verdade. Mas nada é veloz assim e temos que começar a semear para outras. E me impressiona que nenhum político e nenhum fiscalizador parou para olhar e pensar um pouco. Alguém precisa tomar a bandeira de que isso não tem um final feliz. A conta da irracionalidade econômica da compra de uma concessão regulada é paga pelos cidadãos. Isso precisa ficar claro. Pode parecer fantástico, por exemplo, se o preço for a R\$ 60 [por ação], mas isso vai custar muito caro para São Paulo. Faz sentido uma companhia que está gerando uma concorrência brutal de preço não beneficie o próprio ativo? De onde você acha que vai sair o dinheiro para comprar esse negócio? Essa dívida vai parar dentro da própria empresa, da própria Eletropaulo, de alguma forma.

Valor: *Mas a Neoenergia também tem uma forte participação indireta de governo. O Banco do Brasil e a Previ têm, juntos, 47% do capital, bem mais do que o governo italiano tem na Enel.*

Ruiz-Tagle: Sim, mas meus sócios são privados. Tente sugerir na Previ que ela é o governo. Você não pode dizer que o dinheiro da Previ é estatal. A Neoenergia é uma companhia brasileira, controlada pela Iberdrola, e que tem como acionistas não a Previ, nem o Banco do Brasil. Tenho como acionistas 200 mil aposentados da Previ e 90 mil funcionários do BB.

Valor: *Você continua com o objetivo de fazer o aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão na Eletropaulo?*

Ruiz-Tagle: Bom, se a gente assumir o controle, vamos ver o quanto realmente a empresa precisa. A discussão com a própria Eletropaulo sobre o aumento de capital começou em R\$ 800 milhões. Daí, passou para R\$ 1,3 bilhão e, então, a R\$ 1,5 bilhão. Vamos ver a real necessidade, mas não tenho dúvida de que a empresa precisa de dinheiro.

Valor: *Os sócios vão capitalizar a Neoenergia para tudo isso?*

Ruiz-Tagle: Não posso falar pelo que eles vão fazer, mas pelo que têm feito. Em dezembro, fizeram uma capitalização de R\$ 1,1 bilhão e, em março, outra de R\$ 1 bilhão. Mas também podemos recorrer ao financiamento para ampliar a linha de R\$ 5,5 bilhões das debêntures. Um grupo como a Neoenergia, que tem a Iberdrola, o Banco do Brasil e a Previ como sócias, não vai sofrer com falta de R\$ 500 milhões para uma operação como essa.

Valor: *Em quanto a Eletropaulo estaria subinvestida?*

Ruiz-Tagle: Não posso revelar, mas posso garantir que é muito dinheiro. É uma companhia que passou os últimos 20 anos investindo a metade do que deveria. A base de ativos regulatórios da Eletropaulo é muito baixa, o que faz com que São Paulo tenha uma das tarifas mais baixas do Brasil, mas não por um bom motivo. Isso é ruim porque significa pouco investimento. A Coelba tem uma base de ativos maior. Isso é ruim porque significa pouco investimento. Os sócios da Eletropaulo sempre distribuíram muitos dividendos e deixaram os investimentos só por meio de dívida. Nós garantimos, além da capitalização, pelo menos, investimento linear na base atual, de R\$ 1 bilhão ao ano, até o fim da concessão. Porque, do contrário, não mantemos de pé a concessão.

Valor: *Mas a Neoenergia vai apenas manter o nível atual?*

Ruiz-Tagle: Vamos manter o volume em termos reais, na casa de R\$ 1 bilhão. Mas vamos aplicar melhor. Além disso, temos condições de capturar sinergias importantes pela gestão operacional e geográfica. A empresa passou a investir na casa de R\$ 1 bilhão por ano, ante R\$ 500 milhões antes, por um ato de fiscalização da Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica]. E os indicadores mostram, não sei se reais ou não, uma melhora. Continuam existindo muitas interrupções, mas com durações menores. Isso significa que a rede tem problema, pois o serviço é sempre interrompido, mas que a turma chega rápido para resolver. Colocar mais gente na rua para consertos é a primeira forma de solucionar o problema, mas de curtíssimo prazo. A segunda forma de melhorar isso, mas de médio prazo, é colocar mais tecnologia no sistema. E a terceira forma, que é o investimento pesado que a Eletropaulo não faz, é construir subestações, linhas, transformadores.

Valor: *O senhor está satisfeito com a forma como se dará a disputa no leilão na B3?*

Ruiz-Tagle: Agora estamos mais confortáveis. Mas o que vimos é que as regras aqui para isso não estavam claras. Foram sendo construídas no meio do caminho, por meio das nossas consultas. Queremos que as regras sejam

transparentes. As regras deveriam estar escritas antes. Aqui, isso não aconteceu. Porque o leilão tem uma estrutura de preços, mas também tem uma estratégia. E as regras ficam mudando toda hora.

MME / ASCOM .